

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARBACENA E O SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE BARBACENA, REPRESENTADOS POR SEUS PRESIDENTES, CELEBRAM CONVENÇÃO COLETIVA MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

2 0 0 7

PRIMEIRA - DATA-BASE

A data-base da categoria profissional, para todos os efeitos legais, continuará sendo primeiro de julho (1º/07) de cada ano.

SEGUNDA - REAJUSTE SALARIAL

A Entidade Patronal concede à categoria profissional representada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Barbacena, no dia 1º de julho de 2007 - data-base da categoria profissional -, reajuste salarial a incidir sobre os salários vigentes no mês de aplicação do índice de proporcionalidade abaixo:

| MÊS DE ADMISSÃO E DE INCIDÊNCIA DO REAJUSTE | ÍNDICE | FATOR MULTIPLICADOR |
|--|---------------|----------------------------|
| Até julho/06 | 3,97% | 1,0397 |
| agosto/06 | 3,63% | 1,0363 |
| Setembro/06 | 3,30% | 1,0330 |
| outubro/06 | 2,96% | 1,0296 |
| novembro/06 | 2,63% | 1,0263 |
| dezembro/06 | 2,30% | 1,0230 |
| janeiro/07 | 1,97% | 1,0197 |
| Fevereiro/07 | 1,64% | 1,0164 |
| março/07 | 1,31% | 1,0131 |
| abril/07 | 0,98% | 1,0098 |
| maio/07 | 0,65% | 1,0065 |
| junho/07 | 0,32% | 1,0032 |

PARÁGRAFO ÚNICO

Na aplicação dos índices acima já se acham compensados os aumentos espontâneos e/ou antecipações salariais concedidos no período de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2007.

TERCEIRA - SALÁRIO DA CATEGORIA

O menor salário mensal a ser pago aos empregados representados pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Barbacena, a partir de 1º de julho de 2007, será:

- a) para os empregados com até um (01) ano na mesma empresa, R\$ 394,00 (trezentos e noventa e quatro reais).
- b) para os empregados com mais de um (01) ano na mesma empresa, R\$ 414,70 (quatrocentos e quatorze reais e setenta centavos).

QUARTA - GARANTIA-MÍNIMA

Aos empregados denominados "comissionistas", fica concedida uma garantia-mínima mensal no valor de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

QUINTA - HORAS EXTRAS

O adicional de horas extras será pago aos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva, com o percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO ÚNICO

Aplica-se o adicional disposto no *caput* na hipótese do § 4º do art. 71 da C.L.T.

SEXTA - COMPENSAÇÃO MENSAL DE HORAS EXTRAS

Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação de horas extras, pelo qual as horas extras efetivamente realizadas pelos empregados, limitadas a (02) duas horas diárias, durante o mês, poderão ser compensadas, no prazo de até 90 (noventa) dias após o mês da prestação da hora, com reduções de jornadas ou folgas compensatórias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de, ao final do prazo do *caput*, não tiverem sido compensadas todas as horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas como horas extras, ou seja, o valor da hora normal, acrescido do adicional de horas extras, conforme previsto na cláusula 5ª desta Convenção Coletiva de Trabalho, observando-se o disposto no parágrafo único da referida cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso concedidas, pela empresa, reduções de jornada ou folgas compensatórias além do número de horas extras efetivamente prestadas pelo empregado, essas não poderão se constituir como crédito para a empresa, a ser descontado após o prazo do *caput*.

SÉTIMA - DIA DO COMERCIÁRIO

As partes ajustaram que os empregadores concedem efeito de feriado na segunda-feira de Carnaval (em 2008, dia 04 de fevereiro), para que os empregados representados pelo Sindicato Profissional comemorem o dia da Categoria.

OITAVA - AUSÊNCIA DO ESTUDANTE PARA PROVAS

A Entidade Patronal concede aos empregados estudantes de cursos regulares, nos dias de provas ou exames, saída antecipada de 02 (duas) horas, devendo haver comprovação documental pelo empregado de sua participação nelas.

NONA - UNIFORME

Fica estabelecido que o empregador fornecerá, gratuitamente, uniforme ao empregado, quando de uso obrigatório, inclusive calçados, se exigidos de determinados tipos.

DÉCIMA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

No ato da dispensa do empregado, a empresa deverá comunicá-la por escrito.

DÉCIMA-PRIMEIRA - DESCONTO DE MENSALIDADES

Os empregadores se obrigam a descontar dos salários dos associados do Sindicato dos Empregados no Comércio de Barbacena, quando por este solicitado, as mensalidades por eles devidas, correspondentes a 3% (três por cento) do salário-mínimo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para tal ocorrência ajustada, o Sindicato dos Empregados fará solicitação e a entrega, às empresas, mensalmente, dos respectivos recibos para que sejam entregues aos empregados associados, cabendo aos empregadores entregar ao aludido Sindicato, os valores pecuniários recebidos.

DÉCIMA-SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS

As empresas, como intermediárias, descontarão da remuneração de todos os seus empregados, a importância de 4% (quatro por cento) dos salários do mês de agosto de 2007, recolhendo os valores em prol da Entidade Sindical Profissional, a título de contribuição, como deliberada e aprovada pela Assembléia Geral, conforme artigo 8 da Convenção 95 da OIT, e na forma do Termo de Adesão ao Termo de Ajustamento

de Conduta - TAC nº 454/2004, firmado perante o Ministério do Trabalho e Emprego, processo 46211.015793/2004-19.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os empregadores, mediante guia própria, farão recolhimento dos valores aludidos, na conta nº 500.126-3, da Caixa Econômica Federal, Agência de Barbacena, até o dia 13 de setembro de 2007, sob pena de multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, com atualização pela variação do IGP-M, encaminhando ao Sindicato a listagem dos empregados e dos descontos, com a cópia da guia de recolhimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ao empregado que não concordar com o desconto ficará assegurado o direito de oposição direta e pessoalmente à Entidade Sindical ou mediante correspondência com AR (Aviso de Recebimento) enviada pelos Correios à Entidade Profissional, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

DÉCIMA-TERCEIRA - ADEQUAÇÃO DA JORNADA

É permitido que os empregadores representados pelo Sindicato Patronal escolham os dias da semana, entre segunda-feira e sábado, em que ocorrerão reduções da jornada de trabalho de seus empregados, para adequá-la às 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

DÉCIMA-QUARTA - FÉRIAS E 13º SALÁRIO DO COMISSIONISTA

A base de cálculo para pagamento de férias e de décimo terceiro (13º) salário dos empregados comissionistas, obedecerá a média obtida pelos valores das comissões recebidas nos últimos 06 (seis) meses ou 12 (doze) meses das mesmas comissões, hipótese em que prevalecerá o maior valor da média apurada.

DÉCIMA-QUINTA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica deferida a estabilidade provisória à empregada gestante, desde a concepção, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término da licença oficial.

DÉCIMA-SEXTA - FISCALIZAÇÃO DRT

A Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais é autorizada a fiscalizar a presente Convenção Coletiva em todas as suas cláusulas.

DÉCIMA-SÉTIMA - HORÁRIOS ESPECIAIS

Os horários especiais de trabalho, em função de épocas especiais do comércio varejista, serão objeto de convenções coletivas específicas que sejam celebradas pelos Sindicatos que firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

DÉCIMA- OITAVA - JORNADA ESPECIAL DE 12 x 36 HORAS

Faculta-se a adoção do sistema de trabalho denominado "Jornada Especial", com 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga, para o serviço de vigia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os que trabalham sob a denominada "Jornada Especial", as 12 (doze) horas serão entendidas como normais, sem incidência de adicional referido na cláusula 5ª (quinta), ficando esclarecido igualmente não existir horas extras no caso de serem ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte, o que é próprio desta "Jornada Especial".

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica assegurado, no curso desta "Jornada Especial", um intervalo de 01 (uma) hora para repouso e refeição.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Não se aplica à hipótese específica desta cláusula as disposições contidas na cláusula 17ª desta Convenção.

DÉCIMA-NONA - DISPENSA DE MÉDICO COORDENADOR

As empresas com mais de 25 (vinte e cinco) e menos de 50 (cinquenta) empregados, enquadradas no grau de risco 1 ou 2, segundo o Quadro I da NR 4, ficam desobrigadas de indicar médico coordenador do PCMSO.

PARÁGRAFO ÚNICO

O número de empregados a que se refere o *caput* desta cláusula será aferido computando-se a totalidade dos estabelecimentos da empresa.

VIGÉSIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Recomenda-se aos empregadores que façam para todos os seus empregados um seguro de vida em grupo.

VIGÉSIMA-PRIMEIRA - VIGÊNCIA

A presente Convenção terá vigência pelo prazo de 01 (um) ano, ou seja, de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2008.

E, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi lavrada em 08 (oito) vias de igual teor e forma, sendo levada a depósito e registro junto à Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais.

Barbacena, 13 de julho de 2007

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARBACENA
GERALDO CARVALHO SIMÃO
PRESIDENTE**

**SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE BARBACENA
GIL NOVAES HORTA BARBOSA
PRESIDENTE**